

Colonialismo — Entre a Psicanálise e a Arte

Freud & Companhia, 2025

Cláudia Almeida[1]

BAÚKA

Expressão angolana que convoca grande secura na pele e o lugar mais desconfortável. O nome da canção de Aline Frazão (álbum *Uma Música Angolana*, de 2022) é ponto de chegada para uma recensão sobre o livro *Colonialismo — Entre a Psicanálise e a Arte* (Freud & Companhia, 2025), organizado por Sandra Roberto.

Cinquenta anos depois do início do processo de independências das antigas colónias portuguesas, ainda se assinala um longo caminho — na sociedade e na mentalidade portuguesas — para se inscrever na memória coletiva o que foi o colonialismo. Sandra Roberto, na introdução de *Colonialismo — Entre a Psicanálise e a Arte*, refere-se a este aspeto, mas a uma escala mundial. E é precisamente essa

[1] Cláudia Almeida é jornalista com mais de 30 anos de experiência. Atualmente, é editora e coordenadora da informação da noite na rádio Antena 1 e apresenta também o *podcast* quinzenal "Descolonizar", do grupo RTP. *claudia.almeida@rtp.pt*

© do autor.
Recensão publicada em https://rppsicanalise.org a 15/09/2026.

a escala do livro, centrando o processo na possibilidade de a psicanálise elaborar caminhos para questões que o silenciamento deste fenómeno vai suscitando.

As respostas que possam ser elaboradas são pessoais e estão dependentes da interpretação de cada leitor. Em cerca de 350 páginas, convocam-se realidades e reflexões, a partir dos múltiplos ângulos do colonialismo vigente nos países que foram colonizadores e nas nações colonizadas. E qual o papel da arte neste processo? Sugere-se um diálogo entre arte e psicanálise, para se estabelecer a "possibilidade de simbolização que a negação do colonialismo não permitiu, pela construção de testemunhos e reflexões que se inscrevem na memória coletiva e pela resistência contra as ditaduras que atacam o pensamento" (p. 18).

Na origem do livro *Colonialismo — Entre a Psicanálise e a Arte*, está a travessia analítica da psicóloga Sandra Roberto (organizadora da obra). Ela, filha de "retornados" de Moçambique, sentiu necessidade de legitimar e tornar inteligível uma bagagem familiar [emocional, linguística, estética, gastronómica, geográfica].

De uma vontade pessoal, nasce um denso oásis, repleto de referências históricas e contemporâneas, simbologias que remetem para culturas ancestrais. E a própria psicanálise é motivo de questionamento: no terceiro capítulo do livro, vários autores questionam a possibilidade de este método terapêutico poder, efetivamente, *descolonizar* o pensamento, pelo facto de ter surgido no continente europeu no final do século XIX, quando já se somavam séculos de exploração esclavagista — e consequente desumanização da pessoa escravizada, mantida num sistema autoritário que se conservava pela violência e o medo, com todo o fruto do trabalho apropriado pelo proprietário de escravos.

À luz da sociedade portuguesa contemporânea, esta obra pode ser um teste ao país que demora a assumir, estruturalmente, o racismo silenciado no espaço público, o preconceito relativamente aos portugueses das ex-colónias, bem como a desvinculação da ideologia e mentalidade do Estado Novo, que, depois da pandemia da Covid-19, recrudesceu. Aliás, Portugal seguiu apenas a tendência do mundo ocidental, na permissividade de ideologias sociais e políticas de ultradireita.

Poderá considerar-se que Sandra Roberto organizou um guia de cidadania, onde diversas gerações vão encontrar caminhos. Ao mesmo tempo, edita-se, em português, um manual que pode ecoar nos diferentes contextos geográficos com essa língua oficial. Aproximam-se diagnósticos — entre colonizadores e colonizados.

Contribuem para a obra mais de duas dezenas de autores, entre artistas e psicanalistas portugueses e estrangeiros, que expressam em pesquisa, ensaio ou narrativa dores que sobrecarregam, continuadamente, vidas.

Página após página: dores dos nossos dias e das nossas sociedades, seja em contexto de pós-colonialismo ou de antigo colonizador. Desconcertam-se narrativas pejadas de preconceito, que, no fim de contas, arremete contra as vítimas da estrutura racial desoficializada, mas vigente (por mais desconcertante que tal possa soar, ainda, não obstante as tentativas da sociedade civil e de organismos estatais).

Feridas abertas, desejos de cura

A partir do índice, vislumbra-se uma certa benevolência em relação ao leitor português: inicia-se a viagem pela obra com um ensaio que enquadra a realidade económica, social e política que motivou Portugal a exercer uma política colonialista e, depois, ultramarina. Ressalta uma conclusão: houve muita camuflagem.

Depois de o prefácio e a introdução remeterem para o racismo estrutural das sociedades pós-coloniais e o preconceito relativo aos "retornados" em Portugal, no primeiro módulo retém-se a importância da linguística para as autoridades portuguesas criarem narrativas com fins políticos — durante a política expansionista e depois durante a fase colonialista, como nos contam Carlos Ferraz e Teresa Santos Neves.

Segue-se um testemunho pessoal, de Ana Belchior Melícias, sobre a possibilidade de construção de uma "geografia emocional" entre três países (Angola, Brasil e Portugal), dois deles antigas colónias portuguesas.

Nas páginas seguintes, a realidade de uma cidadã portuguesa, Sandra Roberto, que nasceu no seio de uma família de "retornados" de Moçambique.

A independência moçambicana deu-se em 1977. E o que ficou do colonialismo? O psicanalista Boia Efraime Júnior responde-nos que ficou a violência de 500 anos de relação entre portugueses e moçambicanos, expressa nos anos de guerra fratricida entre FRELIMO (no Poder) e RENAMO (movimento guerrilheiro anticomunista que, em 1992, se tornou no maior partido político da oposição moçambicana). E ainda patente — como se pôde observar nos confrontos de 2024, na se-

quência dos resultados preliminares das eleições gerais de 9 de outubro. «[E]ventos como guerras, genocídios, fome e colonialismo podem afetar a psique coletiva e serem transmitidos de geração em geração» (p. 97).

E como regressaram, como estão, com que traumas convivem e que apoio recebem do Estado português os antigos "combatentes do Ultramar"? Durante década e meia, cerca de um milhão de jovens, militares de carreira e milicianos portugueses foram mobilizados para a guerra em contextos geográficos que desconheciam. Entre as páginas 111 e 131, Guilherme Canta esclarece-nos sobre a falta de apoio psicológico ou de vigilância terapêutica para antigos combatentes. Conta-nos também como, cerca de 25 anos após as independências nos países africanos de língua portuguesa, um detalhe numa nova lei (de 1999) abre caminho para a terapia, com o apoio do Estado, dos antigos militares portugueses: para requererem uma pensão por perdas ou danos psicológicos, tinham de se submeter a uma avaliação psicológica.

Jorge Castro Ribeiro e Lucas de Campos Ramos apontam noutra direção: o colonialismo também interferiu nos sistemas culturais dos territórios ocupados, "promovendo o apagamento, a subalternização ou o silenciamento de práticas tradicionais" (p. 78). Elaboram sobre a forma como o colonialismo silenciou, muito especificamente, práticas musicais em Angola. Usam como exemplo um cordofone muito generalizado naquele território africano, entre pastores, que no final da ocupação colonial portuguesa, no século XX, era quase inexistente: "O silenciamento da *ocihumba* […] Foi antes o resultado de uma articulação entre despossessão simbólica, repressão cultural e epistemologias coloniais que valorizaram o objeto enquanto artefacto, mas desvalorizaram os seus contextos performativos, espirituais e relacionais" (p. 88).

A fechar o primeiro módulo, entramos numa reflexão transgeracional sobre a mentalidade colonialista e como várias gerações de permeio alteram a forma de olhar. *Recognition*, criado antes da pandemia da Covid-19, foi a forma encontrada pela artista Sara Serpa para lidar com um tema silenciado na família — o passado colonial —, e consciente de que Portugal continua a silenciar a história e as consequências do colonialismo, bem como o racismo institucional. Como escreve, "Este trabalho confronta o silêncio com o qual cresci, com o objetivo de abrir espaço para o reconhecimento, a cura e a justiça" (p. 132). Sara Serpa dá novos significa-

dos ao material registado pelo avô em Super 8, em Angola e Portugal, sessenta anos depois.

Nas páginas seguintes, outra artista (que também colabora neste projeto de Serpa através de narrações): Aline Frazão dirá sobre *Recognition* que se trata de "confrontar o silêncio que vive impregnado há décadas demais nas paredes das casas das famílias portuguesas". E, mais à frente, considera que a "reinterpretação do material original de arquivo confere ao filme um carácter experimental, maleável como a própria memória, por vezes meditativo, por vezes provocador e perturbador" (p. 133). O projeto integral está acessível na internet, através de um código QR indicado no livro.

Mostrar cicatrizes

O módulo seguinte abre pela mão de Jorge Bruce, com a ideia de "trauma cumulativo" associado ao esquecimento, seguindo-se mais traumas e tabus revisitados através das artes por Magda Guimarães Khouri: através de uma videoperformance — *Flor de Chagas* — do artista brasileiro Ayrson Heráclito, evoca significados simbólicos da palavra pipoca — entre flor num ritual religioso do candomblé e "pele rebentada" numa língua indígena brasileira.

Noutra narrativa, a crioulidade de uma voz literária do século XX na Martinica, é pilar para uma reflexão de Eduardo de São Thiago Martins sobre a identidade atravessada da nação brasileira.

A nostalgia do filme *Banzo* (2025), da portuguesa Margarida Cardoso, surge numa entrevista realizada por Sandra Roberto e numa reflexão que desvela o patriarcado maligno de Miguel Sayad.

Temos ainda "o saber profano", nas "proibições e preconceitos como tabu instituído", por Ignácio Paim Filho, fazendo ponte com a obra simbólica *O Barco*, da artista e psicanalista portuguesa Grada Kilomba, onde nomeia o trauma silenciado da pessoa escravizada. A artista "ocupa lugar de narradora, para questionar a violência do silenciamento e reescrever coletivamente histórias diaspóricas", escreve, a propósito, Vivian Avelar (p. 233).

Colonialismo no divã

Este é o desafio no III Capítulo: deitar o colonialismo no divã!

Há muitos divãs/perspetivas que se entrelaçam e dialogam na "língua menor" de Mariano Horenstein, conversando entre a "neutralidade psicanalítica e os riscos de neutralização" de Jorge Câmara e perguntando-se com Lúcia Palazzo "em que ponto estamos os psicanalistas". Mónica de Miranda oferece duas fotografias, para nos espelharmos e não ficarmos a "assobiar para o vento", nem a derivar à "sombra do imbondeiro", como diz Conceição Tavares de Almeida, mas, antes, fazer a necessária intrincação "da psicanálise, do colonialismo e da subjetividade". Terminam estas densas reflexões ao som da música de Sara Serpa — "The Multi-Racialism Myth" — com Wania Cidade, que adverte sobre o desafio que se impõe urgentemente: o "trabalho contínuo de desconstrução de ideias, de valores e de práticas coloniais".

Como se: entre a espiralização e o seu contrário — tal como numa fita de ADN — se derramasse uma biblioteca infindável sobre ancestralidade e memória.

As dualidades simbólicas — branco/negro, espoliador/espoliado, Europa/América; a memória da dor e do trauma; a vergonha e a culpa. Concluem-se muitos ciclos. Descobrem-se muitas feridas por tratar. Entregam-se espaços simbólicos ao leitor. Mostram-se caminhos de saída das teias intrincadas do racismo.

Aline Frazão (p. 139) cita a receita de Paul Gilroy para esse processo: primeiro, negação; segundo, culpa; terceiro, vergonha; quarto, recuperação; quinto, reparação. Onde estamos nós?

E antes do ponto final, uma referência à riqueza bibliográfica, que totaliza dezenas de autores e de obras. Este livro pode, facilmente, ser manual de cidadania.